

Natureza admirada, natureza devastada

História e Historiografia da colonização
de Santa Catarina*

Nature admired, nature devastated

History and Historiography of the colonization of Santa Catarina

CARLOS RENATO CAROLA

*Professor de História Ambiental e História da América da
Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc)*

Doutor em História Econômica pela USP

Av. Universitária, 1.105 - Bairro Universitário

CEP 88806-000 - Criciúma, SC

Fone: (48) 9164-8055 – (48) 3431-2656

crc@unescc.net

RESUMO De um modo geral, a história da “imigração–colonização” no século XIX, objeto histórico presente na historiografia brasileira e nas histórias regionais, é predominantemente narrada de acordo com as coordenadas ideológicas hegemônicas da sociedade moderna: civilização, progresso, evolução e trabalho. Dentro deste quadro conceitual, a natureza é vista e representada como um mero recurso natural que deve ser “naturalmente” explorado e manipulado pela sociedade humana. Este artigo aborda a história e o conhecimento histórico sobre a experiência da colonização em Santa Catarina, principalmente em relação às principais colônias fundadas na segunda metade do século XIX. Problematisa-se a relação cultura–natureza instituída no processo colonizador e a con-

* Artigo recebido em: 24/07/2009. Aprovado em: 15/07/2010.

cepção de natureza contida no conhecimento histórico da colonização; observam-se fontes documentais (Relatórios da Província, Relatórios das Colônias) e historiográficas na perspectiva da História Ambiental; e procura-se demonstrar que o modo de ver e explicar a “evolução histórica” da colonização estimula e legitima a destruição e a domesticação do mundo natural tanto quanto dos povos indígenas, em particular a Mata Atlântica e os índios Xokleng.

Palavras-chave colonização, Mata Atlântica, progresso, História da natureza

ABSTRACT Generally speaking, the 19th century history of “immigration-colonization”, object of the Brazilian historiography and the local historical studies, is mainly narrated from the perspective of the modern society ideological, hegemonic coordinates: civilization, progress, evolution, and work. From this conceptual viewpoint, nature is represented as a mere natural resource that must be exploited and handled by the human society. This paper deals with history and the historical knowledge about the colonization process in Santa Catarina state, mainly in relation to the first colonies settled in the second half of the 19th century. It questions the relationship between culture and nature instituted in the colonization process and the concept of nature present in the historical accounts of the colonies; documental and historiographic sources are observed (Province Reports and Colonies Reports) from the perspective of environmental history. The paper also demonstrates that as the historical evolution of the colonization is traditionally seen and explained it stimulates and legitimates the destruction and domestication of the natural world as well as the native people, particularly the Atlantic Forest and the Xokleng people.

Keywords colonization, Atlantic Forest, progress, History of Nature

Introdução

A história e a política econômica do Brasil também se ajustam à tese do historiador britânico Ronald Wright. Em seu estudo sobre a *Breve historia del progreso*, Wright inicia sua retrospectiva histórica refletindo sobre as perguntas do pintor e escritor francês Paul Gauguin: De onde viemos? Quem somos? Para onde vamos? Procurando responder à terceira questão, o historiador britânico investiga a história da sociedade humana, demonstrando que a sociedade moderna não tem aprendido com as ruínas deixadas pelas grandes civilizações do passado. Muitas das imponentes ruínas que decoram nossos desertos ou selvas, salienta Wright, são monumentos da

armadilha do progresso e vestígios de civilizações que foram vítimas de seus próprios sucessos.¹

No âmbito da história e do conhecimento histórico produzida no século XIX e boa parte do século XX, a colonização de povoamento foi concebida como empreendimento de progresso (ou desenvolvimento). Na historiografia positivista a colonização é tradicionalmente caracterizada como um mero instrumento de desenvolvimento da civilização; e mesmo com a “Teoria Crítica” formulada pela Escola de Frankfurt, no mundo capitalista globalizado a historiografia positivista continua prosperando.

Mas o que é a colonização? Em a *Dialética da Colonização*, Alfredo Bosi observa que na ótica do conquistador a colonização ganha um sentido de epopéia e aventura, empreendimento de civilização e progresso. Entretanto, “o traço grosso da dominação é inerente às diversas formas de colonizar e, quase sempre, as sobredetermina”, ressalta Bosi. Na realidade da colonização, habitar ou tomar conta da terra também significa “mandar”; e “nem sempre é verdade, o colonizador se verá a si mesmo como a um simples conquistador; então buscará passar aos descendentes a imagem do descobridor e do povoador, títulos a que, enquanto pioneiro, faria jus”. Bosi afirma que “as migrações e o povoamento reforçam o princípio básico do domínio sobre a natureza, peculiar a todas as sociedades humanas”, e que a partir da razão iluminista do século XVIII as noções de cultura e progresso se aproximam e, às vezes, se fundem.²

Em Santa Catarina, a visão positivista da colonização perpetua-se por uma constelação de espaços e interesses que alimentam uma profusão constante de valores ideológicos e simbólicos, agora cada vez mais patrocinada pela indústria do turismo e pela agroindústria. Praticamente todas as cidades originárias dos núcleos coloniais criados no século XIX, fundados principalmente por grupos de imigrantes italianos e alemães, estão integradas numa rede de atividades culturais que valorizam a identidade étnica de origem européia e alimentam o mito dos “pioneiros”. A rede de festividades que forma uma espécie de *marketing* das identidades étnicas inclui várias modalidades: festas do colono, associações étnicas, encontros de famílias, programas de rádios, *sites* na *internet*, intercâmbios e convênios com países europeus, jornais impressos e eletrônicos, etc.

A historiografia da colonização participa das festividades étnicas oferecendo conhecimento histórico para a ideologia do “retorno às origens”. Considerando a importância do conhecimento histórico na trama social das relações étnicas, a pergunta que orienta este trabalho levanta a seguinte questão: como se aborda a relação cultura-natureza na história e memória

1 WRIGHT, Ronald. *Breve historia del progreso: ¿Hemos aprendido por fin las lecciones del pasado?*. Traducción de J. A. Bravo. Barcelona: Ediciones Urano, 2006, p.24.

2 BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 2ª.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.11-20.

da colonização de Santa Catarina? Este artigo apresenta uma abordagem de História Ambiental sobre o modo de ver e explicar a “evolução histórica” da colonização de Santa Catarina. Procura-se perceber e mostrar a concepção de natureza cristalizada nos registros documentais e demonstrar que a historiografia positivista produz um conhecimento histórico que estimula e legitima uma relação de destruição e dominação da natureza, especificamente em relação à Mata Atlântica, a fauna, a flora e os índios Xokleng.

O texto está dividido em três partes. Na primeira parte, apresentam-se múltiplas representações da natureza catarinense contidas em relatos de viajantes e documentos que expressam um olhar de admiração sobre o mundo natural, principalmente em relação à Mata Atlântica e seus habitantes. Na segunda parte do artigo, analisa-se o modo de avaliar a “evolução histórica” das colônias nos relatórios oficiais de governo e em documentos das empresas colonizadoras, evidenciando a concepção de natureza, a representação do indígena e a racionalidade administrativa que se preocupa em contabilizar os indicadores de progresso; e finalmente aborda-se o tema da colonização na historiografia catarinense de natureza positivista, ou mais especificamente o modo como esta historiografia concebeu o sentido de uma “evolução histórica” da colonização, naturalizando e obscurecendo a violência social e ambiental do processo colonizador.

Natureza admirada: representações da Mata Atlântica e seus habitantes

Antes de desbravar as matas para o progresso da colonização, que tipo de paisagem os colonos europeus encontraram na Província Santa Catarina? No século XIX, o mundo natural da América é algo que despertou admiração, cobiça e medo aos diversos tipos homens que por alguma razão específica tiveram que se defrontar com uma natureza ainda soberana. De alguma forma, a visão da natureza exuberante foi registrada em obras ou na memória dos sujeitos que estavam de passagem ou vieram para explorar ou criar raízes em solo americano. Vejamos, então, algumas das representações sobre a natureza catarinense.

Em 1803, por exemplo, uma expedição russa formada por dois navios aportou em Santa Catarina. A expedição foi patrocinada pelo Czar Alexander I. Adam Johann Von Krusenstern era o chefe da expedição e capitão do “Nadeshda”. O capitão do outro navio, o “Neva”, era Urey Lisiansky. A expedição também contava com cientistas alemães, como o Barão Langsdorff, que também publicou seu relatório de viagem. Krusenstern afirma não compreender porque Portugal não demonstrava interesse em explorar certas partes da sua Colônia, pois, em sua opinião, a ilha de Santa Catarina merecia, “em vista de sua localização, seu clima saudável, seus solo fértil, e seus valiosos produtos”, uma atenção especial da Coroa Portuguesa. O

russo Urey Lisiansky, tal como muitos outros viajantes estrangeiros, ficou encantado com a beleza natural da ilha de Santa Catarina, durante sua estadia em dezembro de 1803. Em sua visão de encantamento, relata que o “verde luxuriante e a rica fertilidade” da ilha formavam “um singular contraste” com as “laranjeiras e limoeiros, montanhas coroadas de árvores frutíferas, vales, planícies e campos espargidos de plantas aromáticas e de belíssimas flores, que parecem brotar espontaneamente”. Lisiansky descreve a ilha como se tivesse encontrado um jardim encantado:

Nossas vistas tornaram-se encantadas com a paisagem. O clima é suave e sacio e, enquanto nosso olfato se deleita com os perfumes que o embalsamam, o ouvido, em tranqüilo êxtase, escuta o gorjeio de numerosos pássaros, que parece terem escolhido este bonito lugar para sua moradia. Todos os sentidos, em suma, são gratificados; tudo o que vimos, escutamos ou sentimos, abre o coração para sensações encantadoras. Estas fascinantes costas podem ser reconhecidas como a Natureza própria do paraíso; tão pródigas em generosidades que são favorecidas por uma eterna primavera. Líamos nos contos de fadas, da existência dos jardins encantados, guardados por serpentes e outros monstros venenosos; um reconhecimento desta ilha nos leva a dar crédito a tais maravilhas: talvez em nenhum lugar do mundo exista uma quantidade ou variedade tão grande destes répteis.³

O naturalista Barão Langsdorff também explicita suas observações sobre a natureza catarinense. Relata que a terra da Província era fértil e a natureza fornecia todo tipo de alimento, “mesmo sem esforço ou assistência e trato”. Havia uma grande variedade de frutas, entre as quais laranja, limão, lima, banana, abacaxi, pêssego, melão, melancia, figos e cocos. Além das frutas, havia arroz, batatas, cebolas, inhame, tapioca (mandioca) e amendoim. O centeio e o trigo eram escassos e restritos ao consumo das famílias mais ricas. Entre os animais domésticos registrados por Langsdorff, bois, vacas, porcos, cavalos, marrecos e gansos eram comuns. Os moradores dispunham ainda de uma ampla variedade de peixes, mariscos e caranguejos e no caso das famílias mais abastadas, eram seus escravos negros que os pescavam. Langsdorff expressa seu deslumbramento pela paisagem natural catarinense salientando que essa terra havia sido “agraciada pela natureza em todos os sentidos, uma terra onde tudo viceja com inexcusável beleza e garbo imagináveis”. O naturalista descreve a biodiversidade da ilha expressando estar em estado de êxtase:

Borboletas enormes, que até então só havia visto em nossos gabinetes europeus, voavam em torno de múltiplas plantas em flor, jamais vistas ou apenas em estufas e que aqui se desenvolviam. – Colibris dourados sugavam as flores

3 HARO, Martim Afonso Palma de. (org.) *Ilha de Santa Catarina: relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4ª.ed. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1996, p.152.

açucaradas da bananeira e o canto desconhecido de pássaros ecoava nos vales bem irrigados, deleitando o coração e o ouvido. – Veredas sombreadas conduziam de uma pacífica choupana à outra, e superavam em beleza, simplicidade e variedade qualquer desenho artificializado de nossos jardins europeus. – Tudo o que via ao meu redor causava-me admiração por sua novidade e dava-me uma impressão tal que só pode ser sentida, nunca descrita. – À noite voltei ao navio empolgado e rico em plantas e insetos; todos os que estavam presentes admiravam-se mesmo da quantidade, tamanho, variedade, beleza e coloração das borboletas.⁴

Langsdorff fez diversas excursões pelo litoral de Santa Catarina. Toda vez que percorria os lugares demonstrava encantamento pela beleza e diversidade da flora e fauna. Durante as caminhadas pedia aos guias “que parassem com frequência, para me deliciar por alguns minutos a mais”, relata o naturalista. Relata que seus acompanhantes não compreendiam o sentido de sua admiração pela paisagem cotidiana, “com a diversidade e o vigor das árvores floridas, com o bom aroma da atmosfera, as novas cores e figuras das esponjas, a variedade e o tamanho das samambaias”. Langsdorff já estava habituado com “coqueiros e bananeiras, plantações de café, açúcar, arroz e algodão”, mas não estava acostumado com as características peculiares da Mata Atlântica, onde podia observar a peroba, a figueira, a garabisi, a garaxuba, o cedro, as trepadeiras etc. Relata que a natureza catarinense era viçosa, possuía “uma maior fertilidade e variedade de cores” e que na floresta povoava ainda uma “infinidade de seres” com “um esplendor da forma, da riqueza e plenitude que se possa sonhar”. Minha atenção, diz o naturalista, “voltou-se para os mamíferos, os pássaros, os insetos e anfíbios que nós, europeus, só conseguimos ver, muito raramente, em coleções muito grandes de ciências naturais, empalhados ou em álcool”.⁵

A expedição de Otto Von Kotzebue aportou no território da capitania de Santa Catarina em dezembro de 1815. A bordo do navio estavam diversos cientistas, entre os quais os naturalistas Adalberto Von Chamisso e Louis Choris. Seguindo a tradição descritiva da época, Chamisso descreve suas observações sobre a natureza e a cultura dos habitantes, e, como de costume, cita relatos dos cientistas que o antecederam para confirmar ou refutar algumas das observações realizadas. Sobre a natureza brasileira, no caso a de Santa Catarina, conclui que embora ela não tivesse condições de “concorrer com as gigantescas espécies animais do Velho Mundo, desde o elefante até cobra Boa”, ela equilibrava sua suposta inferioridade de tamanho, pela diversidade e quantidade das espécies. Havia vida em toda parte: árvores, arbustos, pássaros, aves de rapina, mamíferos, répteis,

4 HARO, Martim Afonso Palma de. (org.) *Ilha de Santa Catarina*, p.162.

5 HARO, Martim Afonso Palma de. (org.) *Ilha de Santa Catarina*, p.162.

caranguejos, insetos, etc. A “maior riqueza e a maior beleza”, diz Chamisso, “se encontram entre os insetos, com a borboleta concorrendo com o colibri”. O naturalista descreve a vida noturna como um festival de imagens, sons e luzes ao estilo de uma orquestra da natureza.⁶

Os relatos de Choris confirmam a mesma expressão de admiração de seu colega de expedição. Noções de fertilidade, beleza e diversidade aparecem com entusiasmo em seus relatos. A flora e a fauna são descritas e admiradas de forma sublime. O tucano “realça seu bico enorme e seu peito de fogo”; uma serpente “se arrasta sobre os rochedos” e outra se entrelaça nos galhos de um arbusto para “espreitar sua presa”; a arara-azul ganha o *status* de “pássaro soberbo”. Os naturalistas também não deixam de observar as plantas cultivadas pelos habitantes do litoral. Geralmente falam das laranjeiras, bananeiras, mamoeiros, café e milho, “planta útil que o Novo Mundo apresentou ao Velho”, salienta Choris.⁷ Uma descrição contida na Prancha IV de sua obra caracteriza bem uma síntese sobre a natureza catarinense no século XIX:

De qualquer lado onde se ponha os pés na Ilha de Santa Catarina, descobrem-se sempre novas ocasiões para se extasiar ante a visão de inesgotável fecundidade da natureza. As florestas impenetráveis que cobrem as montanhas se prolongam por toda a parte onde o cultivo não põe fim a seus progressos, conservando os vegetais cujas espécies são tão variadas como notáveis, por tratamentos que caracterizam suas diferenças.⁸

O médico alemão Robert Avé-Lallemant percorreu as províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo em 1858. Avé-Lallemant morou no Brasil durante um longo período, sendo inclusive médico da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Sua narrativa segue a mesma linha dos diversos estrangeiros que percorreram o Brasil nos séculos XVIII e XIX, descrevendo a paisagem natural e os costumes dos povoados por onde passavam. Em Santa Catarina, percorreu quase todas as regiões povoadas, inclusive nos povoados de Laguna, Tubarão e Araranguá, ao sul da província. Tal como praticamente todos os viajantes estrangeiros que percorreram e descreveram a natureza e a cultura da América, Ave-Lallemant explicita suas observações pela lente do homem europeu civilizado. A cultura material é comparativamente representada como se estivesse num estágio inferior da escala evolutiva. A natureza brasileira, geralmente vista com admiração, é um indicativo de falta de civilização; ela precisa ser analiticamente decifrada, identificada e dominada.

6 HARO, Martim Afonso Palma de. (org.) *Ilha de Santa Catarina*, p.233.

7 HARO, Martim Afonso Palma de. (org.) *Ilha de Santa Catarina*, p.244-245.

8 HARO, Martim Afonso Palma de. (org.) *Ilha de Santa Catarina*, p.245.

Quando relata sua passagem pela região de Laguna, ao sul de Santa Catarina, o médico alemão Robert Avé-Lallemant expressa o método baco-niano dos naturalistas do século XIX. Relata que antes de adentrar em uma floresta nas proximidades do povoado, se deparou com uma bela plantação de milho. Mas havia os “ladrões alados da mata” [papagaios] com suas “belas cores” que chegavam “gritando, às centenas”. Infelizmente, lamenta Avé-Lallemante, “não conseguimos ter nenhum ao alcance da espingarda” porque eles eram desconfiados o suficiente para manter distância das armas de fogo.⁹ “Dentro da floresta reinava a calma”, relata o mesmo. Havia alguns pica-paus martelando em algumas árvores altas, “fáceis de descobrir pela cabeça vermelha e pela majestosa poupa”. Acertou um tiro certo em um deles, mas lamenta por não conseguir pegar o espécime porque era impossível retirar um pássaro do interior de uma floresta emaranhada por árvores, arbustos, cipós e trepadeiras.¹⁰

Quando chega às proximidades do povoado de Santa Piedade [atual município de Tubarão, SC], Avé-Lallemante mostra-se encantado com a paisagem do lugar. Do alto de uma colina se deslumbra com “Serras e planícies, tranqüilas florestas e animadas plantações” que “formavam a maravilhosa paisagem, através da qual o Tubarão, com 200 pés de largura e perfeitamente navegável, corria, em graciosas curvas, como artéria de vida alegre e próspera”. Ao mesmo tempo em que expressa seu encantamento e admiração pela natureza do lugar, projeta um futuro promissor para a região de Tubarão e Capivari, pois . “a Natureza forneceu a Tubarão o mais poderoso agente que fomenta a indústria humana – o carvão de pedra!”.¹¹

A projeção do médico alemão foi concretizada cerca de cem anos após sua profética visão. A exploração do carvão mineral conferiu *status* de grandeza econômica para a região sul de Santa Catarina, que passou a ser identificada por região carbonífera. A população conheceu os benefícios do progresso industrial: cidades, urbanização, estradas, edifícios públicos, estruturas de lazer entre outras vantagens. Entretanto, o custo não contabilizado do progresso do carvão ganhou a forma de uma das tragédias socioambientais mais expressiva do país. Poluição trágica de praticamente todos os rios da bacia carbonífera; poluição do ar e solo por rejeitos perigosos, gases e poeiras; altíssimo índice de acidentes nas minas de carvão; mortalidade infantil e doenças pulmonares, etc. Esta realidade trágica, no entanto, só se tornou visível por volta da década de 1980, quando o ciclo

9 AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo* (1858). Tradução Teodoro Cabral. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1980.

10 AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo*, p.40.

11 AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo*, p.41.

da exploração da indústria carbonífera entra em crise e a sensibilidade ambiental começa a se difundir na região.

A natureza situada no Vale do Itajaí também ganhou uma representação admirável de um dos expoentes mais glorificados do empreendimento da colonização de Santa Catarina. Manuel dos Santos e João Klug mostram que o Dr. Hermann Blumenau, proprietário e depois diretor da Colônia Blumenau, tinha uma admiração especial pela paisagem natural da região, que mais tarde seria transformada numa área de progresso. Em carta remetida aos seus pais em abril de 1848, Dr. Blumenau expressa uma visão sublime sobre a natureza catarinense:

Quanto mais para cima eu chegava, mas bela a terra se tornava e jamais havia visto paisagens tão maravilhosas como no Rio Benedito e Rio dos Cedros. As gigantescas árvores, os cipós e as trepadeiras, as diversas espécies de bambus, as flores com suas cores incandescentes como o vermelho escarlate, o amarelo, algumas azuis e lilás, estendendo sua sombra às margens do rio, em volta de águas plácidas. O silêncio absoluto, apenas quebrado pelo grasno do galo silvestre, que em bando levanta vôo e, sobre isso, estendia-se majestosamente uma paz indescritível, um ar agradável, impregnado de perfume – foram maravilhosos estes dois dias que passei em cima, na mais completa solidão, onde antes de mim nenhuma pessoa civilizada havia estado.¹²

A natureza catarinense é admirada e colonizada. No relatório do cônsul italiano Caruso MacDonald de 1906, sobre a situação das colônias italianas do Sul de Santa Catarina, por exemplo, o leitor encontra um conjunto de informações e descrições sobre cultura e natureza. MacDonald relata suas observações sobre o clima, os recursos hídricos, a flora, a fauna; sobre a agricultura, indústrias agrícolas, atividades de mineração; sobre a população, a organização política; e apresenta uma “breve resenha história da imigração italiana”.¹³

MacDonald descreve a natureza catarinense com uma mentalidade acentuadamente mercantilista e utilitarista. Relata que a flora catarinense era “riquíssima”. Destaca que as plantas ornamentais, entre as quais as orquídeas, eram exportadas para Inglaterra, Alemanha e França a um bom preço. Informa que os bosques eram “ricos em madeiras de construção”, contendo cedro, copaíba, jacarandá (branco, preto e rosa), louro, peroba, pinheiro, canela, cajarana e “muitíssimas outras”. A fauna também era riquíssima, relata o cônsul italiano; havia aves, répteis, peixes e mamíferos “notáveis”, como macacos, jaguar, puma, gato selvagem, anta, veado, tatu, tamanduá, capivara, tatete, etc. Os insetos também eram “numerosíssimos”,

12 Apud: SANTOS, Manuel dos e KLUG, João. Viajantes, imigrantes e suas impressões sobre a floresta de Santa Catarina. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, Santa Catarina, n.10, p.93-94, 2002.

13 DALL'ALBA, João Leonir. *Imigração italiana em Santa Catarina*. Caxias do Sul: Edusc/Lunardelli, 1983, p.146-182.

com destaque para as borboletas que eram exportadas, porque eram “por demais apreciadas pela vivacidade e riqueza das cores”.¹⁴

O cônsul italiano valoriza e potencializa a natureza catarinense sempre em forma de “riquezas naturais”. Destaca a diversidade, a beleza e a abundância dos “recursos naturais”, mas nem tudo é retratado com beleza e simpatia. A paisagem ao longo do litoral, por exemplo, é qualificada de “monótona”. As plantações dos colonos são belas, mas “a mata, com sua majestade, domina tudo e, com o passar do tempo, sua visão torna-se cansativa”, relata MacDonald. O olho continua o mesmo, “se habitua àquelas gradações de verde, àquele horizonte limitado pelos picos mais salientes das montanhas, e o desejo se volta a nossos campos, as nossas belas planícies que se estendem a perder de vista”. Mas sobre a serra catarinense tudo muda, tudo – flora, fauna e terreno – é diferente:

As margens do rio refulgem de belíssimos cristais, as águas são translúcidas, límpidas e a mata não é mais um engalhamento de lianas e de árvores seculares de ossaturas disformes, mas um belíssimo conjunto de pinheiros, araucária brasilienses, de fuste ereto e de copa majestosa. Aqui, finalmente, a mata, sem cobrir tudo, ocupa só reduzidas manchas de terreno.¹⁵

Na Europa, as empresas colonizadoras difundiam uma imagem idealizada da América; a natureza a ser colonizada era um negócio que podia render bons lucros. Para os pobres colonos europeus que vieram para a Província de Santa Catarina, no século XIX, a idéia de um paraíso natural, pronto para ser desbravado, era vista como uma oportunidade promissora de construir uma vida melhor. Para o governo imperial brasileiro o território catarinense era um espaço geográfico que precisa ser “desbravado” e colonizado com vistas a um progresso civilizatório que estava em marcha desde 1822. O governo da província catarinense, por sua vez, desejava elevar o desenvolvimento econômico ao nível das províncias mais desenvolvidas, tendo como horizonte maior o modelo de desenvolvimento das novas potências européias.

Natureza colonizada ou o modo de ver e contabilizar o progresso da colonização

No período do governo imperial do Brasil, os Relatórios da Província,¹⁶ escritos anualmente, descrevem a situação das colônias seguindo um padrão de informações que indicam a concepção de evolução e progresso da cultura moderna. Anualmente, os relatórios apresentam dados e explicações

14 DALL'ALBA, João Leonir. *Imigração italiana em Santa Catarina*, p.150.

15 DALL'ALBA, João Leonir. *Imigração italiana em Santa Catarina*, p.151.

16 Disponível em: <http://www.crl.edu/content/brazil/scat.htm>

que indicam o fracasso ou o sucesso de empreendimento colonial. Dentre os indicadores de progresso, os relatórios apresentam dados sobre o número de habitantes das colônias, com informações adicionais sobre crescimento ou diminuição dos habitantes, idade, sexo, religião e origem étnica; dados sobre a produção agrícola, destacando-se os produtos agrícolas para o comércio interno e externo; criação de animais para consumo interno e comércio; informações sobre o número de casas, sobre os edifícios públicos, estradas e meios de transportes, engenhos, fábricas, etc. Sobre as vantagens e potencialidades naturais oferecidas pelo território da província, ressaltam-se as qualidades do solo, do clima, dos rios e das matas. Dentre os principais obstáculos ao progresso e à prosperidade, os presidentes da província destacam o problema dos constantes ataques dos “gentios” e/ou “bugres”, a falta de estradas e meios de transportes.

Ao mesmo tempo em que se registra o progresso da colonização, registra-se também a resistência indígena, ainda considerada um perigoso obstáculo ao processo colonizador no final do século XIX. Nos Relatórios do governo imperial e, particularmente, nos da Província de Santa Catarina, os ataques dos índios aos colonos são representados na forma clássica do modo de ver da cultura ocidental: mundo selvagem *versus* mundo civilizado. Os índios são retratados como bugres, ferozes e perigosos, e sempre no sentido de demonstrar que os ataques estavam comprometendo o sucesso da colonização e ameaçando a vida dos “pobres colonos”.¹⁷

A política colonizadora do século XIX não é a única ação desbravadora da Mata Atlântica, mas é, sem dúvida, uma das mais importantes ações do governo independente. Nos relatórios oficiais, o tema imigração–colonização aparece regularmente durante todo o período do Brasil imperial. Em 1836, por exemplo, o presidente da Província de Santa Catarina, José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, relata que o governo central havia autorizado a instalação de duas colônias na região de Itajaí, próximo às margens dos rios Itajaí e Itajaí-Mirim, região situada ao norte da província. Seu modo de relatar sobre o projeto embrionário da colonização expressa a ideologia predominante de todo o período pós-independência: “Se estes estabelecimentos progredirem, como prometem a fertilidade e a riqueza do solo e a facilidade de transportes por água (...), são incalculáveis os bens que d’aqui virão à província”.¹⁸

Oito anos depois, o marechal de campo Antero Jozé Ferreira de Brito informa que, de um modo geral, todas as colônias, exceto a do Say, estavam prosperando. Marechal Brito era um árduo defensor da colonização por

17 O conflito entre os índios Xokleng e os colonos não são abordados neste artigo em função das limitações de páginas disponíveis e da relevância do tema, que exige um tratamento mais abrangente e aprofundado.

18 CAVALCANTI, José Mariano de Albuquerque. *Relatório do presidente da Província de Santa Catharina na abertura da 2ª sessão da 1ª Legislatura Provincial em 5 de abril de 1836*. Desterro: 1836, p.11.

habitantes nacionais. Propõe que o governo assegurasse subsídios para suprir as necessidades básicas dos colonos nos primeiros anos, ou pelo menos até que colhessem os primeiros frutos do trabalho. Explica que com o crescimento da população, a tendência era os colonos se entranharem no seio da terra para arrancar as riquezas naturais de que precisavam para sobreviver e prosperar. No modo de ver do presidente Brito, a colonização não era apenas um instrumento de prosperidade da província, era um instrumento de civilização. Como política de Estado tinha múltiplas funções, inclusive o de cumprir o importante papel de afugentar todos os “gentios indômitos” que não perdiam ocasião de “exercer contra nós sua ingênita ferocidade”. Estes, na opinião do Marechal, deviam ser “aniquilados ou civilizados”, tornando-os “membros úteis da nossa sociedade”.¹⁹

A partir da década de 1860, os indicadores de progresso são mais animadores, mesmo quando se registra o fracasso ou declínio de uma das colônias. No relatório de 1860, por exemplo, o presidente Francisco Carlos de Araújo Brusque apresenta um panorama geral das colônias agrícolas, salientando que algumas fracassaram e outras progrediram. Informa que a Colônia Blumenau contava com 744 habitantes em 1860, 394 homens e 250 mulheres; mostrado o quadro da produção agrícola: açúcar, feijão, milho, farinha de mandioca, fumo, batata, café e aguardente; além dos colonos, a colônia contava com os diversos tipos de profissionais: seleiro, carpinteiro, marceneiro, boticário, pedreiro, ferreiro, construtores de carros, construtores de engenhos, sapateiros, tanoeiros, alfaiates e funileiros. Araújo Brusque assinala o progresso da colônia, enfatizando que a população era laboriosa e empreendedora, e que era uma das poucas colônias particulares em que se percebiam uma administração preocupada com o “interesse geral”.²⁰

No mesmo relatório, os indicadores de progresso da Colônia Dona Francisca são maiores e mais detalhados. Presidente Araújo Brusque informa que a colônia contava com 635 fogos e 2.475 almas; 1.309 homens e 1.166 mulheres; 446 católicos e 2.029 não católicos; a colônia produzia arroz, milho, feijão, batata, café, fumo, tubérculos, mandioca; possuía 493 estabelecimentos agrícolas, com um bom número de cavalos e mulas, gado bovino, suíno e cabras; possuía 93 estabelecimentos industriais, entre os quais: 39 engenhos de farinha, 21 engenhos de açúcar, seis olarias, cinco padarias, três serrarias, um curtume, quatro fábricas de charutos, oito fábricas de cerveja, duas fábricas de vinagre e cinco moinhos para milho e arroz.²¹

19 BRITO, Antero Jozé Ferreira de. *Fala que o presidente da província de Santa Catharina, apresentado à Assembléia Legislativa da mesma província, na abertura da sua sessão ordinária, em o 1º. de março de 1844.* Cidade do Desterro: Typ. Provincial, 1844, p.29.

20 BRUSQUE, Francisco Carlos de Araujo. *Relatório do presidente da Província de Santa Catharina, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na 1ª. sessão da 10ª. legislatura.* Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1860, p.10-19.

21 BRUSQUE, Francisco Carlos de Araujo. *Relatório do presidente da Província de Santa Catharina*, p.10-19.

Dez anos depois (1870), o presidente André Cordeiro de Araújo Lima destaca a importância da política de colonização para o progresso do País e da província. Lamenta o fracasso de algumas experiências e destaca o sucesso de outras. Tal como nos demais relatórios, apresenta os tradicionais indicadores de progresso: dados sobre o número de habitantes das colônias, sobre o perfil étnico e religioso, sobre a produção agrícola, sobre valores de importação e exportação. Sobre a Colônia Blumenau, por exemplo, informa que ela já contava com 5.595 almas, embora os valores da importação ainda estivessem mais altos do que o da exportação. Sobre a Colônia Dona Francisca, enfatiza que continuava em “vias de progresso” e que as exportações haviam superado os valores da importação.²²

Nos relatórios de 1874 e 1875, o presidente Thomé da Silva destaca as obras de infraestrutura (edifícios públicos e estradas) construídas com recursos públicos e apresenta quadros estatísticos minuciosos que evidenciam o progresso das colônias Blumenau, Dona Francisca, Colônia Nacional Angelina e Colônia Militar Santa Thereza. No Mapa Estatístico da Colônia Blumenau, referentes aos anos de 1873 e 1874, constam dados sobre o perfil dos habitantes (idade, sexo, estado civil, profissão, religião, nascimentos, óbitos, casamentos), constituído por maioria de alemães e complementado por dinamarqueses, suíços, holandeses, poloneses, luso-brasileiros e “nacionais”; dados sobre a dimensão das áreas cultivadas e não cultivadas; sobre as construções e edifícios, estabelecimentos públicos e privados, como casas, armazéns, hospital, igrejas, escolas, casa de detenção, casa de hospedagem, etc; apresenta dados sobre os animais – “cavallar, muar, vaccum, ovelhu, cabrum, cerdum, aves doméstica” –; dados sobre as fábricas, a produção agrícola, a produção industrial, valores de importação e exportação; apresenta a lista como 25 tipos diferentes de profissões, entre as quais: marceneiros, pedreiros, espingardeiros, torneiros, tanoeiros, cavouqueiros, sapateiros, funileiros, ferreiros, serralheiros, abelheiros, tapezeiros, carniceros, vinagreiros, charuteiros, entre outros.²³

No movimento da colonização do século XIX, o acompanhamento e o controle do progresso das colônias não estavam restritos ao governo brasileiro. Governos e empresas colonizadoras dos países diretamente envolvidos com o empreendimento colonial também tinham suas estratégias de produção de informação sobre a situação e o progresso das colônias. No Relatório da Direção Provisória da Sociedade Colonizadora de 1849, em Hamburgo, impresso em março de 1851, por exemplo, pode-se perceber o sentido da colonização idealizado pelos empreendedores de Hamburgo.

22 LIMA, André Cordeiro de Araújo. *Relatorio que o presidente da Provincia de Santa Catharina, dirigio à Assembleia Legislativa Provincial no acto d'abertura de sua sessão ordinaria em 25 de março de 1870*. Cidade do Desterro: Typ. de J.J. Lopes, 1870, p.14-18.

23 SILVA, João Thomé da. *Fala dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catharina em 21 de março de 1875 pelo Exmo. Sr. presidente da Provincia*. Cidade do Desterro: Typ. de J.J. Lopes, 1875.

Na primeira parte do relatório, os empreendedores fazem suas “considerações gerais” discorrendo sobre os riscos e motivos da emigração, sobre as medidas prudentes para assegurar o sucesso do empreendimento, sobre o perfil social ideal dos emigrantes, sobre as vantagens da colonização para os colonos emigrantes e para “o bem-estar e o comércio da Alemanha”.²⁴

Os empreendedores argumentam que a Alemanha não sofria com o problema da superpopulação, mas predominava a população da “classe mais baixa”, pessoas sem recursos “às quais o futuro não sorri”; pessoas que não tinham perspectiva de trabalho e acabavam caindo em desânimo. Era para estes pobres sem futuro que se deveria dar atenção e, neste contexto, “a emigração seria um grande benefício, porque a sua situação iria melhorar facilmente e dificilmente iria agravar-se”, pois “com suas modestas pretensões eles iriam sentir-se felizes diante das circunstâncias que não satisfazem àqueles que aqui se encontram em uma situação segura”.²⁵

A “colonização dos pobres” é concebida como um laboratório de experiência. Os diretores confessam que o objetivo principal das observações realizadas no relatório era “agradar aos governos, às comunas e aos particulares” no sentido de vislumbrar nas “famílias pobres e honestas” uma espécie de investimento que resultaria em lucro para todos os interessados. Os diretores demonstram conhecimento de causa sobre os empreendimentos fracassados e oferecem a segurança de organizar uma experiência de colonização com a “classe mais pobre” e em pequena escala:

Com a escassez de meios de uma sociedade, não se pode, naturalmente, achar que seja possível realizar a colonização dos completamente desprovidos de recursos em grande escala, com adiantamento tão abrangente, assim, acreditamos resolver nossa tarefa, se mostrarmos em pequena escala, que é, e como é possível realizar e quem ambicionamos para tornar a nossa colônia acessível, na medida do possível, aos da classe mais pobre. Se conseguirmos fornecer a prova de que a colonização dos desprovidos de recursos é diretamente possível, e com vantagens, não é de duvidar que outros com maiores recursos e, por isso mais eficazes, seguirão o nosso exemplo; esperamos porém, que a satisfação de ter iniciado, em uma base sólida, uma obra grandiosa e de utilidade pública seja concedida à Sociedade Colonizadora de 1849.²⁶

Cerca de 20 anos após sua fundação o que era projeto havia se transformado em experiência bem sucedida. Desde o projeto original, a Colônia Dona Francisca foi projetada com base na ideologia do progresso, da prosperidade capitalista e da expansão do empreendimento da coloniza-

24 Relatório da Direção Provisória da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo. Tradução de Helena Remina Richlin. Hamburgo, impresso por F. H. Nestler & Melle, março de 1851. *Revista do Arquivo História de Joinville*, Joinville, ano 1, n.1, p.247-261, 2007.

25 Relatório da Direção Provisória da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, p.248-249.

26 Relatório da Direção Provisória da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, p.259-260.

ção. Em 1873, Bernardo José de Castro - chefe de Secção da Secretaria de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas – foi incumbido de fazer uma inspeção sobre a situação das colônias Dona Francisca, Blumenau e Itajaí. Oficialmente, sua missão era bem precisa: conhecer as despesas e a contabilidade geral das colônias; e avaliar a situação geral do progresso observando o nível de prosperidade ou decadência, as condições de infraestrutura, edificações, estradas etc.²⁷

Bernardo de Castro se omite em relação aos conflitos com os grupos indígenas, mas por outro lado explicita uma crítica ambiental em relação a um dos efeitos destrutivos do progresso das colônias: a devastação imprevidente das florestas. Relata que a expansão no território da Província de “engenhos de serra em grande escala era um grande mal”, pois além da devastação das matas que eram ricas em madeiras de lei, e que podiam fazer falta no futuro, o negócio das serras desviava os colonos da prática agrícola porque era uma atividade mais lucrativa.²⁸ Para o desenvolvimento da colônia de Itajaí, propõe que a “Directoria fosse habilitada com os meios precisos para evitar o corte de madeira nas mattas do Estado”.²⁹ Sobre a colônia Blumenau, afirma que também nesta colônia se praticava o abuso do corte de madeiras e propõe que fosse determinada “à Directoria as mais terminantes ordens contra semelhante abuso; dando-se-lhe a força precisa”.³⁰

Em seu Relatório,³¹ percebe-se que Bernardo de Castro adota o modelo de colonização dos Estados Unidos como padrão de progresso e desenvolvimento; enaltece a colonização privada (Dona Francisca) e afirma que das três colônias inspecionadas a mais próspera era a Dona Francisca, que era administrada por uma empresa particular (a Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo). Castro problematiza as colônias oficiais (Itajaí e Blumenau) que ainda estavam sob a tutela do governo; e ao contrário da colônia Dona Francisca, recomenda que não sejam emancipadas por ainda se encontrarem em nível de progresso incipiente; mostra preferência pelos colonos alemães porque considerava “os melhores colonos para o paiz pela sua dedicação ao trabalho, obediência e moralidade”. Constata o labor e a moralidade *in locus*, e descreve a situação que caracteriza a relação ambiental entre colonização e natureza: “quantos encontrei eu no centro das florestas, a uma distancia dos povoados maior de leguas, derrubando

27 Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional. (BN) CASTRO, Bernardo José de. *Relatório sobre as colônias da Província de Santa Catarina subvencionadas pelo governo e apresentada em 1873*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1876. De um modo geral, o Relatório de Castro segue o mesmo formato dos relatórios oficiais da época, ou seja: informações sobre dados históricos de fundação das colônias, dados demográficos, indicadores econômicos de produção e comércio agrícola, condições das estradas e sugestões para superar os obstáculos ao progresso das colônias.

28 CASTRO, Bernardo José de. *Relatório sobre as colônias da Província de Santa Catarina*, p.36.

29 CASTRO, Bernardo José de. *Relatório sobre as colônias da Província de Santa Catarina*, p.40.

30 CASTRO, Bernardo José de. *Relatório sobre as colônias da Província de Santa Catarina*, p.44.

31 CASTRO, Bernardo José de. *Relatório sobre as colônias da Província de Santa Catarina*, p.52-53.

grossas madeiras para preparar os terrenos destinados à cultura, e para sua habitação?”.³²

Em relação ao modelo de desenvolvimento da sociedade ocidental moderna dos séculos XIX e XX, a colonização de Santa Catarina é sem dúvida um “sucesso”. Este suposto êxito tradicionalmente enaltecido pela historiografia positivista, no entanto, não teria sido um problema caso a realização do empreendimento colonial não fosse feita sobre os escombros das florestas e das culturas indígenas. Se o progresso da colonização foi construído com a devastação da Mata Atlântica e com a política de extermínio e “pacificação” dos índios Xokleng e dos Kaingang, além da apropriação das terras dos Guaranis, qual o sentido de “evolução histórica”?

A história da colonização na historiografia catarinense

Em Santa Catarina, de um modo geral a historiografia da colonização está solidamente edificada sobre os fundamentos da ideologia do progresso. A vertente conservadora destaca a “saga dos pioneiros”, o sacrifício e o sucesso das primeiras gerações. Em certos aspectos, a primeira geração dos imigrantes europeus veio para o Brasil, particularmente para Santa Catarina, motivada pela utopia de construir um novo mundo, uma nova cidade, uma nova sociedade. Os que sobreviveram e suportaram o sacrifício da viagem, as provações iniciais da vida na Mata Atlântica e a árdua construção da vida rural, legaram para as gerações posteriores não somente as bases da civilização material, como também a ideologia do “pioneiro” e do “progresso”.

Em comparação com a colonização portuguesa do período colonial e a política colonizadora das grandes fazendas de café do período imperial e da Primeira República, a colonização de Santa Catarina ganhou o positivo *status* de “colônia de povoamento”. De certa forma, a clássica visão “colônia de exploração” *versus* “colônia de povoamento” caiu como uma luva no formato da historiografia catarinense. Nesse modelo explicativo, a colonização é concebida como um dos principais instrumentos de evolução do Estado catarinense, e a natureza é reduzida a mera matéria-prima do progresso. Vejamos, então, a lógica e os fundamentos do conhecimento histórico que explicam a “evolução histórica” da colonização de Santa Catarina.

Uma das primeiras obras a apresentar um quadro geral sobre colonização de Santa Catarina foi publicada em 1917 por Jacinto Antonio de Mattos, engenheiro e inspetor agrícola vinculado a Secretaria Geral dos Negócios do Estado. *Colonização de Santa Catarina* é uma segunda edição ampliada de sua tese defendida em 1895 para obter o título de engenheiro

32 CASTRO, Bernardo José de. *Relatório sobre as colônias da Província de Santa Catarina*, p.52-53.

agrônomo. Trata-se de uma compilação de dados e informações sobre as principais experiências de colonização ocorrida no território de Santa Catarina, no período de 1640 a 1916. A obra foi organizada no mesmo formato dos relatórios oficiais, contendo basicamente dados históricos de fundação e estatísticas que mostram a prosperidade e progresso das colônias. Em relação à colonização no século XIX, Jacintho de Mattos sistematizou um conjunto de dados e informações sobre praticamente todas as colônias. Além de diversos dados apresentados no corpo da obra, nas páginas finais (p.199 a 241) apresenta dezenas de quadros com dados sobre os nomes dos imigrantes, nomes de família, nomes de batismo, nacionalidade, idade e profissão.³³ O conflito com os índios aparece em alguns relatos, mas visivelmente não é um assunto central da obra.³⁴

Quando se estuda a História de Santa Catarina, as obras de Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-1978) – médico, historiador e deputado – são referências obrigatórias. Inicia sua farta produção histórica na década de 1930, com publicações predominantemente voltadas para a história política, institucional e da colonização. Uma primeira versão de História de Santa Catarina, em forma de artigo, foi publicada em 1937 e a primeira edição da obra completa é de 1968. Cabral organizou sua obra em três partes: Brasil Colônia, Brasil Império e Brasil República. Destinou oito capítulos para o Brasil Colônia e dez capítulos para o Império e a República, respectivamente. Aborda a política de povoamento e colonização no século XIX em quatro capítulos.³⁵

Cabral informa que, no período do Brasil Império, a Província de Santa Catarina implantou a sua primeira experiência de colonização planejada em 1828. Sobre essa primeira experiência de colonização, Cabral destaca o progresso do pequeno núcleo colonial, salientando que, em maio de 1829, os colonos já haviam derrubado as matas e construído 36 ranchos, mesmo diante das “incursões do gentio”.³⁶ A Colônia de Blumenau, fundada em 1852 pelo “prático de farmácia e doutor em filosofia” Dr. Hermann Blumenau, foi, segundo Cabral, “a maior e a mais próspera das colônias alemãs de Santa Catarina”. Superando as dificuldades financeiras e “enfrentando as mais pungentes situações”, Dr. Blumenau “pôde ver a mata ir sendo abatida e as sementes surgindo no vale, com novos colonos afluindo”.³⁷

A segunda experiência colonial mais bem destacada pela historiografia tradicional de Santa Catarina é a da Colônia Dona Francisca, que originou a cidade de Joinville. A primeira leva de imigrantes vindos para povoar a

33 BN. MATTOS, Jacintho Antonio de. *Colonização do Estado de Santa Catharina: dados historicos e estatisticos (1640-1916)*. Florianópolis: Secretaria Geral dos Negócios do Estado, GAB. TYP. D' "O DIA", 1917

34 MATTOS, Jacintho Antonio de. *Colonização do Estado de Santa Catharina*.

35 CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. 4ª.ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

36 CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*, p.208.

37 CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*, p.217.

Colônia, em 1851, era constituída por cerca de 40 alemães, 80 suíços e 61 noruegueses; no mesmo ano chegaram mais 189 imigrantes. Sobre a história de Joinville, assim como em relação à de Blumenau, Cabral destaca a contribuição do governo como fator decisivo para o sucesso do empreendimento colonial e a prosperidade econômica como indicador de evolução e progresso.

Ao completar dez anos, a colônia, que vinha recebendo as maiores atenções do Governo, sendo mesmo de todas as de Santa Catarina a que maior soma de benefícios e de importância recebeu, tendo sido visitada por dois presidentes da Província e numerosos agentes do Governo Imperial e Provincial, contava 3.050 habitantes, distribuídos em 597 famílias, habitando 689 casas e 465 ranchos e a sede contava com 134 casas. As suas picadas avançavam em todas as direções, a estrada da Serra ia subindo para o planalto e as igrejas com a construção adiantada. Havia escolas e estabelecimentos comerciais. Os seus engenhos iam a 70 de mandioca e 32 de açúcar, havendo cinco fábricas de charutos, uma de guarda-chuvas, seis olarias, dois estaleiros, além de pequenas fábricas de sabão, vinagre, louça de barro, cerveja, tendo aumentado o número e a variedade dos artefices.³⁸

Da mesma forma que Cabral, Piazza (1982) escreveu a história da *Colonização de Santa Catarina*, procurando mostrar a “evolução histórica”, ou seja, a prosperidade e o progresso econômico das colônias que deram certo, e as razões do fracasso das que sucumbiram. Piazza apresenta praticamente toda a legislação e a política de colonização, decretada no período imperial e republicano; identifica e descreve a situação das colônias criadas nos períodos delimitados (no I Império, no período das Regências, no II Império, na I e II República); apresenta diversos quadros estatísticos que indicam evolução, crescimento e declínio dos indicadores de progresso selecionados: dados sobre entrada dos imigrantes e evolução demográfica de cada colônia; dados sobre o perfil étnico e religioso dos habitantes coloniais; dados sobre a “evolução das indústrias” e sobre a “evolução das especialidades profissionais”; quadros estatísticos da produção agrícola, da importação e exportação.³⁹

Walter Piazza também se preocupou em diferenciar o conceito de colonização. Assinala a necessidade de se fazer uma “revisão crítica e metodológica” da historiografia catarinense e procura diferenciar os conceitos de colonização e povoamento; esclarece que os conceitos adotados em sua obra “não têm o mesmo sentido que se lhes atribui em obras de língua inglesa”; prefere usar “conceitos específicos que predominam na América

38 CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*, p.230.

39 PIAZZA, Walter F. *A Colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora Pallotti/BRDE, 1982.

Portuguesa e Espanhola”, ou seja, o autor opta pelo conceito que indica uma visão mais técnico-administrativa da colonização.

Assim ‘colonizar’, tal como é usado aqui, não se refere à introdução dos povoadores originais no Brasil, mas aos programas ou projetos de subdivisão de grandes propriedades por organizações públicas e particulares visando a colocar famílias de agricultores nos lotes assim criados, e a desenvolver atividades de ajuda, assistência e supervisão, a fim de implantar nessas áreas comunidades de pequenos proprietários rurais.⁴⁰

Piazza procura diferenciar o sentido de povoamento e colonização a partir de autores que se debruçaram sobre o assunto. Segundo o historiador, Artur Neiva (1950) concebia o ato de povoar como o simples movimento de “encher a terra de habitantes”, enquanto que o sentido de colonizar era “promover a fixação de elemento humano ao solo, o aproveitamento econômico da região e a elevação do nível de vida, saúde, instrução e preparo técnico dos habitantes das zonas rurais”.⁴¹ Colonizar, conclui Piazza, “é mais que povoar, é usufruir da terra, retirando-lhe, ao mesmo tempo em que é povoada, benefícios de ordem econômico-social; é desta forma que pensamos; é deste modo que se deve encarar a problemática”.⁴² Colonização, para Piazza, não é apenas um processo de ocupação ou povoamento de uma área supostamente inabitada, é um processo de modificação e valorização econômica da terra, ou seja, uma estrutura demográfico-social que produz “substância econômica, quer produzindo, quer comercializando seus produtos interna e externamente”.⁴³ A conclusão sobre os dados estatísticos da Colônia Blumenau caracteriza de forma exemplar a perspectiva histórica adotada pelo autor: “A simples verificação dos números alinhados mostra, cabalmente, o desenvolvimento econômico da colônia, com os expressivos quantitativos de exportação”.⁴⁴

Na obra da historiadora Maria Luiza Renaux Hering, sobre a história da colonização no Vale do Itajaí, a lógica da evolução e progresso é ainda mais exemplar. Como o próprio título sugere – *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento* – Hering propõe-se a demonstrar que Santa Catarina construiu um modelo peculiar de desenvolvimento em função do sucesso de sua colonização. A própria organização e seleção dos temas evidencia a perspectiva da obra, uma história da “evolução” econômica do Vale do Itajaí. Na primeira parte, Hering explicita sua interpretação sobre os “fundamentos socioeconômicos do desenvolvimento catarinense”; na segunda parte, analisa o “nascimen-

40 PIAZZA, Walter F. *A Colonização de Santa Catarina*, p.25.

41 Apud: PIAZZA, Walter F. *A Colonização de Santa Catarina*, p.26.

42 PIAZZA, Walter F. *A Colonização de Santa Catarina*, p.26.

43 PIAZZA, Walter F. *A Colonização de Santa Catarina*, p.26.

44 PIAZZA, Walter F. *A Colonização de Santa Catarina*, p.121.

to da indústria catarinense”; e, na terceira parte, fala da “expansão das empresas tradicionais de Blumenau e Brusque”. Sobre os “fundamentos socioeconômicos”, apresenta um conjunto de tabelas com indicadores que evidenciam o desenvolvimento econômico das colônias de Blumenau e Brusque: estabelecimentos industriais nas colônias Dona Francisca, Blumenau e Brusque no ano de 1868; produção das colônias e movimento de exportação e importação no período de 1863 a 1928; renda *per capita* e taxa de crescimento médio de Blumenau.⁴⁵

Uma versão da história de Blumenau especialmente destinada ao público infantil foi publicada por Marita Deeke Sasse, em 1980. A autora escreve sua narrativa baseada em “fatos”, dados e informações colhidas na história tradicional. Sasse conta a história da cidade constituindo um cenário histórico centrado na trajetória de vida do Dr. Hermann Blumenau, caracterizado como o herói da colonização. Como num conto de fadas, o livro começa com o tradicional “era uma vez (...) um menino estudioso e aplicado, mas também triste e sonhador”; ele estudou, se tornou um doutor e veio ainda jovem para o Brasil. Quando chegou à “terra prometida”, o jovem alemão “sentiu em seu coração um calor inexplicável” e “sua alma agradecia a Deus a maravilhosa visão”. Entretanto, “ele não queria morar ali sozinho. Então voltou para sua terra natal para buscar companhia. E falou muito do verde vale, que tinha deixado de ser sonho”. Quando o primeiro grupo de colonos chegou, em setembro de 1850, “não havia muita coisa à sua espera”. Mas com trabalho iniciaram a construção do “primeiro capítulo da história de uma cidade”.⁴⁶

Sobre a História de Joinville, Apolinário Ternes (1981) se propôs a apresentar “uma abordagem crítica”. Entretanto, por mais crítica que seja sua obra, Ternes não consegue se distanciar da perspectiva que segue os trilhos do progresso. Ressalta que sua pesquisa é uma inovação na historiografia catarinense, “apresentada segundo novas concepções metodológicas e sob rigorosas bases científicas”.⁴⁷ Uma simples observação sobre a organização dos capítulos, no entanto, e já se percebe que sua interpretação se molda facilmente ao modelo tradicional da história da colonização. No oitavo capítulo, por exemplo, Ternes apresenta sua interpretação sobre a “gênese do poderio econômico” de Joinville; e, no último capítulo, analisa e descreve a situação no século XX e “a marcha do progresso”. A partir de 1865, relata Ternes, “Joinville obtinha, a cada ano, significativa evolução, com registro de acontecimentos que efetivamente marcavam a prosperidade

45 HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: Editora da FURB, 1987, p.54.

46 SASSE, Marita Deeke. *Blumenau: sua história*. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1980, p.30-31.

47 TERNES, Apolinário. *História de Joinville, uma abordagem crítica*. Joinville: Meyer, 1981, p.14.

da colônia, assim como traduziam a já irresistível vocação da cidade em transformar-se em centro polarizador”.⁴⁸

Ainda sobre a colonização do norte do Estado catarinense, também merece uma atenção especial a obra de Klaus Richter: *A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a Colonização do Interior de Joinville e Blumenau*. Richter nasceu no Brasil (SP), mas viveu na Alemanha desde 1954. A partir da análise de documentos de arquivos europeus, principalmente do arquivo estadual de Hamburgo, apresenta uma visão geral da imigração procurando evidenciar os interesses da Alemanha. Discorre sobre a fundação da sociedade colonizadora; procura explicar o problema da “falta de capital”, da “falta de colonos”, da precariedade dos meios de transporte e “o sucesso relativo da colonização” alemã no Brasil.⁴⁹

A racionalidade econômica da interpretação está presente em toda obra, inclusive quando aborda a prática do desmatamento. Richter apresenta um quadro com indicadores de desmatamento como prova do baixo índice de progresso econômico da colônia antes de 1909. No seu modelo explicativo, o progresso da colonização implicava necessariamente no progresso do desmatamento. Por isso, a naturalidade com que o mesmo anuncia o quadro estatístico não lhe causa estranhamento: “no início da colonização, não foi de maneira alguma impressionante o progresso econômico. Eis, por exemplo, a estatística do desmatamento e cultivo e das pastagens criadas na nova colônia, entre 1901 e 1904”.

Quadro I

| | 1901 | 1903 | 1904 |
|-----------------------|------|------|------|
| Hectares desmatados | 727 | 2455 | 3647 |
| Hectares cultivados | 363 | 1169 | 1259 |
| Hectares de pastagens | | 406 | 659 |

Fontes: RICHTER, Klaus. *A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a Colonização do Interior de Joinville e Blumenau*, p. 81.

Richter apresenta a estatística do desmatamento para comprovar seu modelo explicativo, ou seja, demonstrar o atraso econômico dos primeiros dez anos de existência da colônia. A comprovação do atraso econômico é demonstrada quando salienta que nos primeiros seis anos não haviam sido “desmatados mais de 13% da área vendida aos colonos”, e que, da área total de terras concedidas à Sociedade Colonizadora, haviam sido cultivadas

48 TERNES, Apolinário. *História de Joinville*, uma abordagem crítica, p.137.

49 RICHTER, Klaus. *A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a Colonização do Interior de Joinville e Blumenau*. Florianópolis/Blumenau: Editora da UFSC, Editora da Furb, 1986.

apenas 0,2%. Richter apresenta uma explicação singularmente diferente da historiografia tradicional da colonização de Santa Catarina. Enquanto esta exalta o colono alemão como sujeito de progresso, Richter atribui o fracasso financeiro à empresa colonizadora alemã e o “sucesso relativo” da colônia em função da contribuição dos teuto-brasileiros, de outros grupos étnicos e do governo brasileiro.⁵⁰ Mesmo assim, é uma explicação condicionada pela racionalidade econômica.

Vencer ou Morrer: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, do sociólogo italiano Renzo Maria Grosselli foi bem recebido pela historiografia da colonização de Santa Catarina. Sem deixar de reconhecer as contribuições inovadoras e críticas de sua obra, de um modo geral, Grosselli reproduz a visão predominante da historiografia tradicional. Justifica a necessidade da colonização evocando o discurso do vazio demográfico. Afirma que “a escassez da população foi uma das razões que aconselharam as autoridades do Rio e de Desterro a iniciar um processo de colonização que, a partir de 1828, fará avançar notavelmente a população em termos numéricos, iniciando a ‘conquista do interior’ que será concluída cem anos depois”.⁵¹ Reforça sua argumentação citando uma descrição do território de Santa Catarina feita por um viajante em 1844, contida em uma das obras do almirante e escritor Lucas Boiteux (1939):

A descrição do interior do País não diz respeito à época atual enquanto ainda é desconhecido. Salvo um pequeno número de clareiras próximas ao mar e de alguns rios, todo o resto é coberto por floresta, tal e qual a natureza a fez, e da qual ninguém ainda mediu a profundidade, nem desvendou os segredos. É a floresta virgem com sua vegetação imponente a esconder, ao mesmo tempo, o céu e a terra a quem penetra e que parece se fechar sob ele como uma catacumba.⁵²

Ao analisar os documentos oficiais da colonização, incluídas cartas e matérias veiculadas em jornais, Renzo Grosselli percebe que a “floresta” brasileira impôs um custo impiedoso para os “pioneiros” de primeira geração. “Quando a tragédia dos barracões terminava, iniciava a tragédia da floresta”, acentua o mesmo. Na visão de Grosselli, a “página da história dos imigrantes europeus no Brasil” foi muito mais difícil do que a ocorrida nos territórios dos Estados Unidos e do Canadá. Argumenta que “as diferenças climáticas e ambientais eram maiores entre a Europa e o Brasil” que entre a Europa e a América do Norte; e que a “opinião pública mundial muitas vezes desconhece esse fato, porquanto ‘drogada’ pela filmografia estadunidense

50 RICHTER, Klaus. *A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a Colonização do Interior de Joinville e Blumenau*, p.80-81.

51 GROSSELLI, Renzo Maria. *Vencer ou Morrer: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987, p.266.

52 Apud GROSSELLI, Renzo Maria. *Vencer ou Morrer*, p.266.

que procurou substituir-se à historiografia para contar as páginas heróicas do surgimento da nação”.⁵³ Grosselli sustenta sua tese salientando que os imigrantes europeus tiveram que enfrentar três poderosas forças naturais: o clima tropical, uma “floresta virgem” imponente e os destemidos “bugres”. O sociólogo italiano reconstitui o tradicional cenário de confronto entre mundo selvagem *versus* civilização. Neste velho cenário da cultura moderna, fica fácil perceber o sentido de “vencer ou morrer”.

Na região sul de Santa Catarina, a historiografia da colonização foi predominantemente escrita por padres e por pesquisadores não acadêmicos (ou sem formação acadêmica na área de História) de descendência italiana e alemã. Da mesma forma que no norte do Estado, o tema da imigração–colonização é permanentemente fomentado por festividades étnicas e diversas atividades que lembram e cultuam a memória dos fundadores das colônias. Com raríssimas exceções, adota-se a linha do progresso e a exaltação do mito do imigrante “pioneiro”. Os imigrantes italianos e alemães, principalmente, são representados como “pioneiros”, como desbravadores do mundo selvagem e semeadores das primeiras edificações que resultaram na formação das cidades atuais. Os colonos imigrantes são caracterizados como pessoas disciplinadas para o trabalho, de espírito religioso e familiar.⁵⁴

A matriz da historiografia tradicional da colonização que alimentou boa parte da historiografia regional sul catarinense é a obra do padre italiano Luigi Marzano, *Colonos e Missionários Italianos nas Florestas do Brasil*. Publicada na Itália, em 1904, e traduzida no Brasil somente em 1985, pelo padre João Leonir Dall’Alba, padre Marzano relata o que viu, o que imaginou ser e o que vivenciou com os imigrantes italianos da Colônia de Urussanga.⁵⁵ De um modo geral, destaca as principais dificuldades do processo inicial da colonização, principalmente o trabalho árduo imposto pela floresta e a resistência dos índios nativos da região (os índios Xokleng), os quais representa como selvagens mortalmente perigosos.

Expressões de admiração e dramatização do ambiente selvagem caracterizam a obra. Como forma de possibilitar aos leitores italianos a dimensão do espetáculo da natureza que conheceu, Padre Marzano descreve as características peculiares da Mata Atlântica e sua biodiversidade:

53 GROSSELLI, Renzo Maria. *Vencer ou Morrer*, p. 357.

54 De um modo geral, a historiografia regional apresenta os “pioneiros” como um grupo que, largado à própria sorte no meio da floresta, domesticou o ambiente selvagem e prosperou. Os nativos das florestas são representados como “índios”, seres selvagens, sem identidade cultural, ou simples vítimas de um progresso inevitável. Algumas das publicações mais recentes procuram expressar certa visão crítica em relação ao processo de extermínio dos Xokleng, mas ainda assim predomina a representação do índio selvagem.

55 MARZANO, Padre Luigi. *Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil*. Tradução Padre João Leonir Dall’Alba. Florianópolis: Editora da UFSC/Prefeitura Municipal de Urussanga, 1985.

Para quem nunca pôs os pés em tais florestas, torna-se impossível fazer-se uma idéia do grandioso e severo espetáculo que elas oferecem à vista do visitante. Aqui tudo é vegetação luxuriante. Múltiplas lianas vão de uma árvore a outra, enlaçando com estranhos anéis os troncos recobertos de musgo. Para não ficar preso pelo pescoço, quase enforcado, convém abrir bem os olhos, ainda mais que a floresta é tão espessa que torna impossível a visão além dos vinte passos. Aqui e acolá entrevêm-se moitas de taquaras, canas vazias muito grossas, munidas de longos espinhos. Estas embarçam de tal maneira o caminho que fazem com que se torne necessário uma boa espada para abrir uma picada. A vegetação parasitaria reveste-se de tal modo as grandes árvores que forma quase uma coisa só, com elas. Oferecem à vista do homem colunas altíssimas de verduras, interceptadas de quando em quando de crespas orquídeas, cujas flores multicoloridas reúnem-se caprichosamente e forma ramalhetes maravilhosos. Quase a cada cem metros encontra-se um regato de águas cristalinas escorrendo sobre Lages cobertas de musgo, sombreado por folhas de arbustos enormes, quase encoberto e atravessado por vegetações enraizadas nas pedras que lhe servem de margem. A cada passo éramos acariciados por estupendas borboletas de asas coloridas, e alegrados pela visão de magníficos pássaros. O estranho zunir do pássaro mosca ou beija-flor, ouvido de perto, parece o rugir duma fera no fundo do bosque e o viajante, quase instintivamente leva a mão ao gatilho da arma.⁵⁶

Os relatos de Padre Mazano são ambíguos. A natureza é ao mesmo tempo selvagem e inóspita, magnífica e maravilhosa; o colono é um herói desbravador, como também um predador destruidor. No início da colonização ele sofreu a resistência teimosa de uma natureza selvagem que lhe impôs grandes sacrifícios. Mas em pouco tempo, “cada família, laboriosa como a abelha, e ativa como as formigas”, se dedicando ao do trabalho e preparando o terreno para novas plantações, plantando fruteiras, cultivando milho, arroz, feijão, abóbora, batatas e criando galinhas, conseguiu melhorar seu “ranchinho”, contribuindo assim para o progresso da colônia. Mais tarde, com a experiência e mais bem equipado com instrumentos de trabalho, tornou-se um dos principais “inimigos da floresta”, da qual “destrói sem compaixão alguma”. O colono, relata Padre Marzano, “abate as árvores, depois lança-lhe fogo, destrói uma quantia imensa de ricos materiais, e em pouco tempo, daquela luxuriante vegetação não resta quase nada além de cinza”.⁵⁷ O saldo final da colonização, no entanto, é considerado positivo: “Há 25 anos, a mata, ou melhor, floresta, antes ninho de selvagens e de animais ferozes, foi cedida às vigorosas forças dos italianos, os quais a transformaram, com suas fadigas, com seus suores e sacrifícios, em ubertosa terra de agricultura”.⁵⁸

56 MARZANO, Padre Luigi. *Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil*, p.118-119.

57 MARZANO, Padre Luigi. *Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil*, p.120.

58 MARZANO, Padre Luigi. *Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil*, p.52.

Considerações finais

De um modo geral, a historiografia da colonização de Santa Catarina vem sendo moldada no sentido de uma “evolução histórica”. A colonização é concebida como um instrumento de evolução, progresso e prosperidade. Entretanto, como se pode qualificar um processo histórico de “evolução” quando o resultado final foi a transformação, a devastação e a exploração predatória do mundo natural? Como se justifica o sucesso de um empreendimento colonial produzido à custa da devastação de uma floresta e do extermínio de todos os seus habitantes, incluindo neste caso os índios Xokleng? Os feitos do progresso tem nos proporcionado bons confortos, mas “*el progreso tiene una lógica interna que puede arrastrarnos más allá de la razón, hacia la catástrofe*”.⁵⁹

Para Henrique Leff, a raiz da crise socioambiental pode ser identificada no projeto positivista moderno, que buscou estabelecer uma relação direta entre “o conceito e o real”. Assim, “a crise ambiental não é apenas a falta de significação de palavras, a perda de referentes e a dissolução dos sentidos que o pensamento da pós-modernidade denuncia: é a crise do *efeito do conhecimento sobre o mundo*”. Não se trata, portanto, de uma mera discussão epistemológica centrada na idéia de verdade e objetividade do conhecimento ou da representação do real, mas de um conhecimento que “voltou-se contra o mundo, interveio nele e deslocou-o”. Em termos concretos, “o conhecimento tem desestruturado os ecossistemas, degradado o ambiente, desnaturalizado a natureza”.⁶⁰ Enfim, a sociedade moderna se (a) fundou numa racionalidade econômica e científica autodestrutiva.

Como ficou demonstrado no âmbito deste estudo, o conhecimento histórico sobre a colonização de Santa Catarina está fortemente enraizado na lógica do progresso e do crescimento econômico. No movimento da colonização a natureza é concebida como algo a ser explorado economicamente, ou seja, uma mera matéria-prima para assegurar o modelo de progresso da civilização ocidental. O sentido atribuído à “evolução histórica” obscurece a lógica devastadora e destrutiva do empreendimento da colonização. Contabilizam-se os feitos do progresso e ignora-se o custo social e ambiental de um modelo de desenvolvimento que se fundamenta e se alimenta na violência e exploração contínua.

A cultura moderna assimilou e radicalizou de forma dogmática o sentido de racional, de evolução e de progresso; ela engendrou um dispositivo psicológico que nos induz a ver o passado sempre como algo menos evoluído, ao mesmo tempo em que nos impulsiona num movimento frenético e permanente para o futuro; engendrou também um modo de ver a natureza

59 WRIGHT, Ronald. *Breve historia del progreso*, p.21.

60 LEFF, Henrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Tradução de Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.15-17.

na lógica do conhecer para dominar. Entretanto, a atual crise da “civilização global” nos impõe alguns desafios radicais. No campo da ciência, é preciso superar a racionalidade cartesiana e iluminista que se tornou parceira da ordem capitalista mundial. No âmbito da ciência histórica, é preciso inventar novos instrumentos conceituais e desenvolver um novo modo de ver, interpretar e explicar os processos históricos. Sobre o tema da colonização de Santa Catarina, não é mais admissível escrever a história no velho estilo da “Conquista do Oeste”. A natureza não pode ser vista, ignorada ou explicada como um mero “recurso natural” da civilização moderna.